

CONCESSÃO FLORESTAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESTADO DO PARÁ: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

FOREST CONCESSION AND TRADITIONAL COMMUNITIES IN THE STATE OF PARÁ: A BIBLIOMETRIC STUDY

Carlos Henrique de Souza Farias¹
Jenison Rodrigues Fonseca²
Naylana Santos Macedo³
Ana Karlla Magalhães Nogueira⁴
Antônio Kledson Leal Silva⁵
Eleci Terezinha Dias da Silva⁶
Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior⁷

Área Temática 5: Meio ambiente, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade
Modalidade: Resumo expandido

1. Introdução

As concessões florestais se consolidaram no Brasil como uma estratégia de política pública voltada ao uso sustentável dos recursos naturais e à contenção do desmatamento, especialmente em áreas públicas. Entretanto, historicamente, os instrumentos normativos existentes, como o Código Florestal (1965) e a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), mostraram-se insuficientes para o enfrentamento no avanço do desmatamento e na exploração predatória dos recursos florestais na Amazônia, ficando notório a limitação no que se refere a fiscalização e a presença de conflitos territoriais.

Nesse contexto, surge a Lei nº 11.284/2006, que dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas e estabelece o instrumento da concessão florestal, regulamentando seu uso em Unidades de Uso Sustentável, conforme também prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de 2000. Essa legislação representa um avanço no sentido de garantir que as florestas públicas possam ser exploradas de forma controlada e sustentável. Contudo, há um grande desafio: compatibilizar os interesses econômicos, ambientais e sociais, especialmente no que se refere às comunidades tradicionais que ocupam historicamente esses territórios.

¹ Graduando de Engenharia Ambiental e energias Renováveis da Universidade Federal Rural da Amazônia; chenrique953@gmail.com

² Graduando de Engenharia Ambiental e energias Renováveis da Universidade Federal Rural da Amazônia; jenisonrodrigues20@gmail.com

³ Graduando de Engenharia Ambiental e energias Renováveis da Universidade Federal Rural da Amazônia; macedonaylana@gmail.com

⁴ Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia; karlla_ufra@hotmail.com

⁵ Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia; antonio.leal@ufra.edu.br

⁶ Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia; eleci.silva@ufra.edu.br

⁷ Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia; luiz.melo@ufra.edu.br

Dessa forma, o problema que norteia este trabalho é entender como as concessões florestais impactam as populações tradicionais no Pará, considerando os aspectos legais, econômicos e socioculturais. Parte-se da hipótese de que, embora as concessões sejam concebidas como instrumentos de manejo sustentável, sua implementação enfrenta desafios que limitam significativamente os benefícios para essas comunidades.

A presente pesquisa tem como objetivo realizar uma análise da relação entre as concessões florestais e as comunidades tradicionais no Estado do Pará, com ênfase nos desafios de acesso aos recursos naturais, na proteção dos territórios e nas práticas culturais dessas populações. A seguir, apresenta-se a metodologia adotada para a construção e análise dos dados que fundamentam este estudo.

2. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica que combina procedimentos de natureza qualitativa com análise bibliométrica. A utilização da pesquisa qualitativa se justifica pela necessidade de compreender os significados, percepções e interpretações presentes nos estudos sobre o tema, conforme orienta Creswell (2010), que define a pesquisa qualitativa como um meio para explorar e entender os significados atribuídos pelos indivíduos a problemas sociais e humanos.

Por outro lado, a análise bibliométrica, conforme Araújo (2006), foi utilizada como técnica estatística para quantificar a produção científica, permitindo mapear o volume, as tendências e os focos temáticos das publicações sobre concessões florestais e comunidades tradicionais no Estado do Pará.

O levantamento bibliográfico foi realizado em quatro bases de dados principais: Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos CAPES e os repositórios institucionais das universidades UFPA, UFRA e UFOPA. As palavras-chave utilizadas foram criteriosamente escolhidas para abarcar os termos mais recorrentes na literatura, tais como: "concessões florestais e comunidades", "manejo florestal e povos tradicionais", "política florestal e comunidades locais", "impactos socioambientais das concessões", "uso sustentável da floresta amazônica" e "direitos territoriais e concessões". O recorte temporal abrangeu o período de 2006 (ano de promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas) até 2024, contemplando 18

anos de produção acadêmica. Inicialmente foram identificados 8.312 registros, dos quais, após rigorosa triagem por aderência ao tema, critérios metodológicos e relevância, resultaram na seleção final de 28 trabalhos, entre artigos científicos, dissertações e teses.

Por fim, os dados obtidos foram organizados em tabelas e gráficos, possibilitando uma análise descritiva da produção científica.

3. Resultados/Discussões

Após a busca da literatura científica por meio das palavras-chave, foram encontradas 8312 referências relacionadas aos temas pesquisados. A tabela a seguir representa essa fase:

Tabela 1 – Quantificação das palavras chaves relacionadas aos trabalhos, nos repositórios das Universidades Federais do Pará e nos portais de pesquisa “CAPES”, “SciELO” e “Google Acadêmico”

Palavra-chave	Google	Repositório	Repositório	Repositório	SCIELO	CAPES	TOTAL
	Acadêmico	UFRA	UFPA	UFOPA			
“Concessões florestais” e “comunidades”	784	6	204	1	2	10	1007
“Manejo florestal” e “povos tradicionais”	1100	20	560	9	28	15	1732
“Política florestal” e “comunidades locais”	741	47	954	14	21	13	1790
“Impactos socioambientais das concessões”	3	0	217	12	19	6	257
“Uso sustentável da floresta amazônica”	77	134	1481	5	26	34	1757
“Direitos territoriais” e “concessões”	1410	1	331	1	26	0	1769
TOTAL	4115	208	3747	42	122	78	8312

Fonte: Autores (2025).

Após um processo criterioso de seleção, foram excluídos os trabalhos que não abordavam a respeito das influências das concessões florestais nas comunidades tradicionais.

O gráfico 1 mostra a distribuição por ano das pesquisas acadêmicas analisadas para embasamento deste trabalho. Como resultado do mapeamento acadêmico, 28 artigos foram

selecionados, sendo 2 encontrados na plataforma “SciELO”, 2 pela “CAPES”, 12 no “Google Acadêmico” e 12 nos repositórios das Universidades Federais do Pará.

Gráfico 01 – Distribuição de pesquisa acadêmica analisada por ano.



Fonte: Autores (2025).

Os resultados revelaram que a produção acadêmica sobre o tema apresenta uma distribuição irregular ao longo do período analisado, com destaque para os anos de 2012 e 2017, que registraram maior número de publicações. Essa concentração pode estar associada a eventos específicos, como mudanças nas normativas ambientais ou intensificação dos processos de concessão florestal no Estado do Pará.

A análise das bases mostrou que o Google Acadêmico concentra a maior parte dos trabalhos encontrados (42,8%), seguido pelos repositórios institucionais das universidades paraenses. Esse dado aponta para uma lacuna na disseminação científica formal, uma vez que parte significativa dos trabalhos não está indexada nas principais bases acadêmicas como SciELO e CAPES.

Apesar da relevância da produção acadêmica sobre concessões florestais e comunidades tradicionais no Pará, ainda há desafios quanto à sua disseminação e consolidação. Os estudos concentram-se principalmente em análises jurídicas, socioeconômicas e ambientais, evidenciando preocupações com os impactos desses modelos sobre os territórios tradicionais.

4. Considerações Finais

A análise realizada permite concluir que, embora a política de concessão florestal represente um avanço no que diz respeito à busca por modelos de desenvolvimento sustentável na Amazônia, ainda há desafios quanto à sua disseminação e consolidação, especialmente no que se refere à inclusão das comunidades tradicionais em trabalhos científicos.

Ademais, a concentração de publicações em plataformas como Google Acadêmico e repositórios das universidades paraenses, em contraste com a baixa presença em bases como SciELO e CAPES, indica uma lacuna na circulação do conhecimento científico sobre essa temática. Além disso, a distribuição irregular das publicações ao longo dos anos, com picos associados a acontecimentos, reforça a vulnerabilidade da produção acadêmica frente a mudanças políticas e institucionais. Dessa forma, torna-se imprescindível que futuras pesquisas aprofundem a análise dos impactos sociais, territoriais e econômicos das concessões florestais, contribuindo para a construção de políticas públicas mais eficazes e equitativas na Amazônia.

5. Referências Bibliográficas

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. ISBN 978-85-363-2300-8.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 mar. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 29 mar. 2025.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em: 29 mar. 2025.

Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.